



Número: **0055630-09.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 31ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **08/09/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|---|--------------------|--|----------------|
| JOSE BORGES DOS SANTOS (AUTOR) | | RENATO CESAR MALHEIROS CAVALCANTI (ADVOGADO) | |
| TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A (REU) | | | |
| SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (REU) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 73045519 | 29/12/2020 11:12 | 2774747_CONTESTACAO_05 | Petição em PDF |



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 31ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

Processo: 00556300920208172001

AUSÊNCIA DE COBERTURA

SÚMULA 474 STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

TOKIO MARINE SEGURADORA S.A., empresa seguradora com sede à Rua Sampaio Viana, 44 - Paraíso - São Paulo - SP - CEP: 04004-001, inscrita no CNPJ sob o número 33.164.021/0001-00 e **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **JOSE BORGES DOS SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

CONTESTAÇÃO

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor:

BREVE SÍNTESE DA DEMANDA

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **04/07/2019**, restando permanentemente inválida.

Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data 09/07/2019.

Após análise detida dos documentos apresentados, verificou-se a ausência de cobertura, vez que a parte autora **não restou inválida**, pressuposto necessário para o pagamento da indenização pleiteada.

Portanto, em que pese o requerimento da indenização na via administrativa, houve a **NEGATIVA** da Seguradora responsável pela regulação, haja vista, que a parte autora não apresentou sequelas indenizáveis.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO

A parte Autora sustenta que encontra-se inválida permanentemente devido as supostas lesões sofridas decorrentes de acidente de trânsito.

Acontece Exa., que toda documentação médica apresentada aos autos não corrobora com o alegado, pelo contrário comprova cabalmente que NÃO HÁ INVALIDEZ e/ou DEBILIDADE PERMANENTE, OU SEJA, NÃO HÁ COBERTURA DO SEGURO DPVAT.

Assim, a parte Autora, deixou de comprovar de maneira precisa que é portador de invalidez permanente, não fazendo jus à indenização referente ao Seguro Obrigatório DPVAT, desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação e visto não haver meios comprobatórios do alegado, devendo a demanda ser julgada improcedente, em consonância com o disposto no artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil.

DO MÉRITO

DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO

LESÃO PREEXISTENTE

Inicialmente, deve-se sopesar o fato da parte autora ter pleiteado judicialmente verba indenizatória DPVAT, cujo processo tramitou na **7ª VARA CÍVEL DE RECIFE - PE**, sendo autuado sob o **nº. 0041434-92.2012.8.17.00010041434-92.2012.8.17.0001**, em virtude de acidente automobilístico ocorrido em **08/09/2011**.

Frisa-se que a parte autora requereu o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT nos autos da ação supracitada em decorrência de lesão no pé direito e **OMBRO DIREITO**, ou seja, o requerente sustenta seu pleito indenizatório em lesão idêntica a que fora recebida anteriormente.

| | |
|--|----------------------------|
| Nome: JOSE BORGES DOS SANTOS | Nº registro: 239829 |
| Dt. Nasc.: 11/04/55 - 64 ano (s) | Sexo: Masculino |
| Mãe: ANGELITA MARCIONILA DA CONCEIÇÃO | Fone: 81985342334 |
| Endereço: R. MARANATA, nº 23, JARDIM JORDÃO. JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE | Nº pag.: 1/1 |
| Data/hora: 04/07/2019 - 14:49 | |

GUIA DE ENCAMINHAMENTO E TRANSFERÊNCIA

HISTÓRIA DA DOENÇA ATUAL:
QUEDA DE MOTO (PACIENTE ESTAVA GUIANDO A MOTO). TRAZIDO PELO CB DEVIDAMENTE IMOBILIZADO. NEGA TCE.
QUEIXA-SE DE DOR NO OMBRO DIR. AO EXAME: GLASGOW 15, EUPNEICO, SEM SINAIS FOCAIS
-BACIA FECHADA É ESTAVEL.-SEM DOR NO EIXO; FRANKEL E.-DEFORMIDADE ARTICULAR NO OMBRO

Constata-se que os documentos acostados aos autos comprovam que o acidente que ocasionou a debilidade permanente no ombro direito foi anterior ao narrado na inicial, não havendo, portanto, nexo de causalidade entre o novo acidente e a lesão apresentada pela parte autora.

Deste modo, é irrefragável que a presente lide tem o mesmo pedido de outra ação que teve o mérito julgado, uma vez que a parte autora sequer comprova que houve agravamento da lesão em virtude de um suposto novo acidente automobilístico.



Diante do exposto, a improcedência do pedido é a medida que se impõe.

DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC¹.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

DA INEXISTÊNCIA DE INVALIDEZ PERMANENTE

É incontroverso que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber o Seguro Obrigatório DPVAT no que se refere à cobertura de invalidez permanente, uma vez que o próprio laudo médico acostado nos autos pelo autor constata a ausência de lesões de caráter permanente.

Verifica-se, outrossim, que a parte autora ingressou com o requerimento administrativo, o qual foi negado pela Seguradora Reguladora, ante a ausência de lesões indenizáveis.

Frisa-se que nem todas as lesões ocasionadas por acidente automotor são passíveis de indenização, pois para caracterizar invalidez permanente passível de indenização imprescindível que haja perda definitiva ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável, ao fim do tratamento médico.

Deste modo, a Lei 6194/74 considera invalidez permanente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. Por essa razão, lesões meramente estéticas, temporárias, ou que de qualquer forma não venham acarretar comprometimento de órgão ou função, não serão passíveis de indenização. E é exatamente o caso dos autos.

Em análise ao processo administrativo e aos documentos médicos juntados pela própria parte autora, conclui-se que o acidente ocasionou ao autor lesões que não acarretaram incapacidade funcional ou para realização de atividades ordinárias, portanto, não são passíveis de indenização.

¹“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório.” (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



Assim, verificada a inexistência de invalidez permanente, deverá o pedido autoral ser julgado IMPROCEDENTE, nos termos do art. 487, I, CPC.

DA AUSÊNCIA DE COBERTURA

O seguro obrigatório DPVAT é regido pela Lei n.º 6.194/74, tendo sido alterada pela Lei n.º 11.945/09, e discute matéria referente à modalidade de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Assim, temos que o seguro DPVAT dá cobertura apenas às indenizações ocasionadas por morte, invalidez e reembolso de despesas de assistências médicas e suplementares, não tendo abrangência sobre qualquer outra indenização que não seja as especificadas na letra da lei.

Verifica-se, porém, que as provas produzidas nos autos, demonstram e comprovam o contrário do que alega o Autor, os **LAUDOS MÉDICOS** atestam que a lesão apresentada é apenas temporária/recuperável, o que, por certo, não pode ser considerada INVALIDEZ, não havendo previsão de cobertura pela Lei do DPVAT.

Vale ressaltar que o convenio/seguradoras é responsável apenas pelo pagamento das indenizações dispostas na Lei 11.945/09, não podendo ter interpretação extensiva a pretensões de cunho particular por parte do Autor, que não tenham qualquer ligação com a matéria em questão.

Conclui-se assim ser impossível juridicamente o pedido do Autor, e, por ser impossível juridicamente o pedido, requer que a presente demanda seja julgada **IMPROCEDENTE**.

DA APLICABILIDADE DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral².

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima³.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

²RECURSO CÍVEL. SEGURO DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. i) EM CASO DE INVALIDEZ PARCIAL, O PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT DEVE, POR IGUAL, OBSERVAR A RESPECTIVA PROPORCIONALIDADE. É VÁLIDA A UTILIZAÇÃO DE TABELA PARA REDUÇÃO PROPORCIONAL DA INDENIZAÇÃO A SER PAGA POR SEGURO DPVAT, EM SITUAÇÕES DE INVALIDEZ PARCIAL, AINDA QUE O ACIDENTE TENHA OCORRIDO ANTES DA LEI N.º 11.945/09. ii) INDENIZAÇÃO INDEVIDA. HIPÓTESE EM QUE A PARTE AUTORA NÃO FAZ JUS À COMPLEMENTAÇÃO DA INDENIZAÇÃO, POIS NÃO HOUE A DEMONSTRAÇÃO DE QUE A LESÃO SOFRIDA TENHA SIDO DE MAIOR GRAVIDADE DO QUE A INDENIZADA ADMINISTRATIVAMENTE. iii) APLICAÇÃO DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. iv) RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.

³**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e

Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão do autor, observando-se o método de cálculo apresentado.

DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação⁴.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação⁵

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

CONCLUSÃO

Considerando a sua criação com a única finalidade de atuar como administradora do Seguro Obrigatório DPVAT, requer a substituição do pólo passivo para que passe constar a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

⁴“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

⁵ art.

1º

(...)

§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.



Ante o exposto, reafirma o desinteresse na audiência de conciliação, conforme amplamente demonstrado no corpo da presente peça.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez permanente, conforme preconiza a Sumula 474 do STJ.

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida e horários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de todos os meios de prova em direito admitidas e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do convênio de cooperação institucional celebrado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT nº014/2017

Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome da patrona **DRA. RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO, OAB-PE 25393**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,
RECIFE, 10 de dezembro de 2020.

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



QUESITOS DA RÉ

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.



TABELA DE GRADAÇÃO

| Danos Corporais Previstos na Lei | Total (100%) | Intensa (75%) | Média (50%) | Leve (25%) | Residual (10%) |
|---|---------------------|----------------------|--------------------|-------------------|-----------------------|
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores | R\$ 13.500,00 | R\$ 10.125,00 | R\$ 6.750,00 | R\$ 3.375,00 | R\$ 1.350,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior | | | | | |
| Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral | | | | | |
| Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica | | | | | |
| Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital | R\$ 9.450,00 | R\$ 7.087,50 | R\$ 4.725,00 | R\$ 2.362,50 | R\$ 945,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés | R\$ 6.750,00 | R\$ 5.062,50 | R\$ 3.375,00 | R\$ 1.687,50 | R\$ 675,00 |
| Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho | | | | | |
| Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar | R\$ 3.375,00 | R\$ 2.531,25 | R\$ 1.687,50 | R\$ 843,75 | R\$ 337,50 |
| Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo | | | | | |
| Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral | | | | | |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão | R\$ 1.350,00 | R\$ 1.012,50 | R\$ 675,00 | R\$ 337,50 | R\$ 135,00 |
| Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé | | | | | |
| Perda integral (retirada cirúrgica) do baço | | | | | |



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PE 4246, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR, inscrito na 30225 - OAB/PE, os poderes que lhes foram conferidos por **TOKIO MARINE SEGURADORA S.A e SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **JOSE BORGES DOS SANTOS**, em curso perante a **31ª VARA CÍVEL** da comarca de **RECIFE**, nos autos do Processo nº 00556300920208172001.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2020.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PE 4246

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





Número: **0055630-09.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 31ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **08/09/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|---|--------------------|--|--------------------|
| JOSE BORGES DOS SANTOS (AUTOR) | | RENATO CESAR MALHEIROS CAVALCANTI (ADVOGADO) | |
| TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A (REU) | | | |
| SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (REU) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 73045522 | 29/12/2020 11:12 | ANEXO 3 | Outros (Documento) |



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 142.282.034-34

Nome da Pessoa Física: JOSE BORGES DOS SANTOS

Situação Cadastral: REGULAR

Dígito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **17:11:32** do dia **20/12/2012** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **28A7.9BA4.C37A.C36E**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.





EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE RECIFE-PE

CÓPIA

Proc. 0041434-98.2012.8.17.0001

COMPANHIA EXCELSIOR DE SEUROS S/A, já qualificada, nos autos do processo em epígrafe, em que contende com JOSE BORGES DOS SANTOS, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem, respeitosamente a presença de V. Exa., requerer a juntada do **RECIBO DE QUITAÇÃO** referente ao termo de transação extrajudicial, ora celebrado entre as partes.

Sendo assim, pugna a Ré a esse D. Juízo pela declaração de cumprimento da obrigação, arquivamento do feito e sua baixa no distribuidor.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Recife, 11 de janeiro de 2013.


Rostand Inácio dos Santos

OAB/PE 22.718

Escritório Recife

Rua da Hora, 692, Espinheiro
CEP: 52.020-010 | Recife - PE
Tel.: 81 2101.5757
Fax: 81 2101.5751

queirozcavalcanti@queirozcavalcanti.adv.br

Escritório Salvador

Av. Tancredo Neves, 1283, salas 702/703,
Edf. Omega Empresarial Caminho das Árvores
CEP: 41.820-020 | Salvador - BA
Tel./Fax: 71 3271.5310 | 71 3272.1351

queirozcavalcanti-ba@queirozcavalcanti.adv.br

Escritório João Pessoa

Av. João Machado, 553, salas 05/06 | Centro
CEP: 58.013-520
João Pessoa - PB
Tel./Fax: 83 3021.3483 | 83 3021.3482

queirozcavalcanti-pb@queirozcavalcanti.adv.br

Escritório Fortaleza

Av. Santos Dumont, 2828, salas 06/07,
Edf. Torre Santos Dumont | Aldeota
CEP: 60.150-161 | Fortaleza - CE
Tel./Fax: 85 3032.5757

queirozcavalcanti-ce@queirozcavalcanti.adv.br





RECIBO DE QUITAÇÃO

Eu, **Dr. DIEGO MEDEIROS PAPARIELLO**, procurador devidamente constituído por **JOSE BORGES DOS SANTOS**, inscrito na OAB/PE sob o nº. 29.143, declaro que recebi da **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEUROS S/A**, a importância total de R\$ 6.496,87 (seis mil quatrocentos e noventa e seis reais e oitenta e sete centavos), através do cheque nominal a parte autora sob o nº. 644012, referente ao cumprimento do termo de transação extrajudicial celebrado nos autos do processo de nº 0041434-98.2012.8.17.0001, em trâmite perante a 7ª vara cível da comarca de Recife-PE.

Assim sendo, dou por cumprido, sem nenhuma ressalva e oposição, o **TERMO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL**, anteriormente juntado aos autos, valendo para todos os efeitos legais, inclusive com relação ao encerramento definitivo e respectiva baixa da ação acima referida, fazendo coisa julgada.

Recife, 11 de janeiro de 2013.

DIEGO MEDEIROS PAPARIELLO
OAB/PE 29.143

Escritório Recife

Rua da Hora, 692, Espinheiro
CEP: 52.020-010 | Recife - PE
Tel.: 81 2101.5757
Fax: 81 2101.5751
queirozcavalcanti@queirozcavalcanti.adv.br

Escritório Salvador

Av. Tancredo Neves, 1283, salas 702/703.
Edif. Omega Empresarial Caminho das Árvores
CEP: 41.820-020 | Salvador - BA
Tel./Fax: 71 3271.5310 | 71 3272.1351
queirozcavalcanti-ba@queirozcavalcanti.adv.br

Escritório João Pessoa

Av. João Machado, 553, salas 05/06 | Centro
CEP: 58.013-520
João Pessoa - PB
Tel./Fax: 83 3021.3483 | 83 3021.3482
queirozcavalcanti-pb@queirozcavalcanti.adv.br

Escritório Fortaleza

Av. Santos Dumont, 2828, salas 06/07,
Edif. Torre Santos Dumont | Aldeota
CEP: 60.150-161 | Fortaleza - CE
Tel./Fax: 85 3032.5757
queirozcavalcanti-ce@queirozcavalcanti.adv.br



Consulta Processual 1º Grau**Dados do Processo**

Número NPU: 0041434-98.2012.8.17.0001
Número Antigo:
Classe: Procedimento Sumário
Vara: Sétima Vara Cível Capital
CDA:
Processo-pai:

Partes

| Parte | Nome |
|-------|------|
|-------|------|

Movimentações

| Data | Fase | Complemento | Responsável |
|---------------------|---|--|---------------------|
| 26/11/2013 16:23 | Remessa Interna ao Arquivo Geral | Arquivo Geral de Recife | |
| 20/03/2013 19:51 | Baixa | Autos - Arquivados | |
| 18/03/2013 19:22 | Devolução de Conclusão | | Nilson Guerra Nery |
| 18/03/2013 19:09 | Devolução de Conclusão | | Nilson Guerra Nery |
| 25/01/2013 14:42 | Conclusão | Despacho | |
| 23/01/2013 14:04 | Juntada | Petição | |
| 21/01/2013 12:36 | Remessa Interna Petição: 2013.196.0015441 | Juntada de Documentos - Protocolada no: Protocolo Geral do Fórum do Recife | |
| 20/12/2012 18:30 | Registro e Publicação de Sentença | | |
| 13/12/2012 19:05 | Audiência - Situação 21/02/2013 15:00 | Conciliação (art.277,CPC) | |
| 13/12/2012 19:02 | Sentença | | Nilson Guerra Nery |
| 12/12/2012 18:22 | Conclusão | Sentença | |
| 03/08/2012 21:00 | Audiência 21/02/2013 15:00 | Conciliação (art.277,CPC) | |
| 03/08/2012 20:50 | Devolução de Conclusão | | Kathya Gomes Veloso |
| 21/06/2012 14:04 | Conclusão | Despacho | |

| Data | Fase | Complemento | Responsável |
|---------------------|--------------------------------------|-------------|-------------|
| 19/06/2012 18:28 | Distribuição - Sorteio Automático | | |

Estes dados são apenas informativos, não tendo nenhum valor legal.

Sistemas Web | Tribunal de Justiça de Pernambuco | www.tjpe.jus.br

----- Cortar aqui -----



30
horas

Comprovante de Operação - Transferência de Conta Corrente para Conta Corrente

Identificação no Extrato: SISPAG DIVERSOS

Dados da conta a ser debitada:

Agência: 0477 Conta: 78857 - 4

Nome: SEGURADORA LIDER

Dados da conta a ser creditada:

Agência: 6318 Conta: 15419 - 9

Nome: JOSE BORGES DOS SANTOS

Valor: R\$ 1.687,50

Informações fornecidas
pelo pagador:

Transferência realizada em 31.01.2012 às 00:00:00, via Sispag, CTRL 17297787000705

Autenticação:

6113177BBC1B267A8012B21DE2700F15E1E90F14

----- Cortar aqui -----





Sena & Papariello
ADVOGADOS

61064

02
10

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE -
PERNAMBUCO.

JOSÉ BORGES DA SILVA, brasileiro, divorciado, autônomo, portador da cédula de identidade nº 1.215.171 – SSP – PE e inscrito no CPF/MF sob o nº 142.282.034-34, residente e domiciliado na Rua Maranhã, nº 23, Sotave, Jaboatão dos Guararapes- PE vem, respeitosamente, à presença de V. Exa., por intermédio de seus advogados in fine assinados, procuração anexa (doc. 1), para propor, com fulcro no artigo 3º da Lei 6.194/74 e demais disposições aplicáveis à matéria a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT,

em face da **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, pessoa jurídica de direito privado, com endereço para notificações na Avenida Marquês de Olinda, nº175 – Recife Antigo – Recife – PE, CNPJ – 33.054.826/0016-79, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

DA JUSTIÇA GRATUITA

A requerente solicita a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, tendo em vista que a mesmo não possui condições de arcar com as custas do processo, sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família.

A lei 1.060/50 trata da assistência Judiciária aos necessitados, ou seja, assistência aquele, conforme disposto em seu artigo 2º, parágrafo único, cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

Nota-se que a lei não determina que tal benefício seja concedido apenas aqueles que vivem miseravelmente, mas a todos os que se encontrarem em situação de insuficiência de recursos que com o dispêndio no processo estariam sofrendo prejuízo de sustento próprio ou de sua família. Conforme entendimento pacificado do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

RECURSO ESPECIAL - BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA - IMPUGNAÇÃO
AO PEDIDO PELA FAZENDA - COMPROVAÇÃO DO ESTADO DE MISERABILIDADE -

Rua Maria de Jesus Brasileiro de Matos, nº 38, Jardim São Paulo, Recife - PE
Dr. Diego – 8876 5452 / Dr. Bruno - 9648 4978

UIR - 10 GRUO 19-06-12 15:01 2012061064 00151 2

41434-98 20





DESNECESSIDADE - DECLARAÇÃO DE POBREZA FEITA PELO ADVOGADO DA PARTE BENEFICIÁRIA - POSSIBILIDADE - PRECEDENTES.

O tema não merece maiores digressões, uma vez que já se encontra assentado neste pretório, no sentido de que não é necessária a comprovação do estado de miserabilidade da parte para a concessão do benefício da Assistência Judiciária Gratuita, sendo suficiente a declaração pessoal de pobreza da parte, a qual pode ser feita, inclusive, por seu advogado. Precedentes. Recurso especial improvido.

(STJ – 2ª T., REsp nº 611.478/RN, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 08.08.2005)

Assim, todos aqueles que, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não estão em condições de arcar com tais despesas, gozarão do Direito à gratuidade de Justiça, sendo tal afirmativa uma presunção legal, onde o juiz tomará como base o disposto no artigo 5º da mesma lei e de pronto dará prosseguimento ao feito, porém poderá indeferir tal benefício se tiver fundadas razões.

Porém, quando chegamos neste ponto nos deparamos com um grande problema que já foi resolvido na jurisprudência, mas corriqueiramente ocorrem e precisam ser coibidos. É o caso dos indeferimentos, de pronto pelo juiz, da assistência judiciária aqueles que são patrocinados por advogados particulares.

A lei não traz qualquer menção à impossibilidade de advogado particular patrocinar indivíduo beneficiado com gratuidade de justiça, pelo contrário dispõe no parágrafo 4º do artigo 5º da referida lei a seguinte disposição:

§ 4º. Será preferido para a defesa da causa o advogado que o interessado indicar e que declare aceitar o encargo.

Denota-se, portanto, que o juiz não tem respaldo legal para indeferir tal pedido em vista de patrocínio de causa por um advogado particular, devendo o juiz ater-se ao disposto no artigo 5º da referida lei:

Art. 5º. O juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, deverá julgá-lo de plano, motivando ou não o deferimento dentro do prazo de setenta e duas horas.

Caso tal disposição não seja observada em sua plenitude, está o juiz infringindo o disposto no artigo 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal, pois estamos diante de uma presunção legal *iuris tantum* que caberá somente à parte contrária refutar tal afirmativa, devendo esta provar com meios legais a falta de sinceridade da postulação da impugnada.

Neste sentido é que está massificado tal entendimento, conforme se denota nos seguintes arestos:

“ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA – CONCESSÃO DO BENEFÍCIO A QUEM TEM ADVOGADO CONSTITUÍDO – POSSIBILIDADE – RESTRIÇÃO QUE IMPORTARIA EM VIOLAÇÃO AO ART.

Rua Maria de Jesus Brasileiro de Matos, nº 38, Jardim São Paulo, Recife - PE
Dr. Diego – 8876 5452 / Dr. Bruno - 9648 4978



04
P



5º, LXXIV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – AGRAVO PROVIDO. (2º TACiv-SP, AI 555.868-0/0, rel. Juiz Thales do Amaral.)”

“AÇÃO DE INDENIZAÇÃO – ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA – ADVOGADO CONSTITUÍDO – ISENÇÃO DE CUSTAS – POSSIBILIDADE DA MEDIDA – AGRAVO DE INSTRUMENTO – RECURSO PROVIDO – AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO (TJRJ – AI 6996/2000 – (21092000) – 15ª C.Cív. – Rel. Des. José Mota Filho – J. 16.08.2000”

Assim, fica mais que claro que o benefício da assistência judiciária deve ser concedido na maioria dos casos, mesmo que a parte esteja representada por advogado particular, cabendo ao juiz indeferir tal postulação somente se tiver motivos cabais para não conceder, ou deixar para que a parte contrária refute tal afirmação e faça cumprir o disposto no parágrafo 1º do artigo 4º da referida lei.

Vale salientar ainda, que devido à falta de condições financeiras, o contrato celebrado entre a parte demandante e seu patrono se deu em caráter de risco, não desembolsando, desta forma, nenhuma quantia adiantadamente.

DA LEGITIMIDADE PASSIVA

Segundo a jurisprudência qualquer pessoa jurídica credenciada a operar com o seguro DPVAT tem legitimidade para figurar no pólo passivo da demanda. Neste sentido acosta Jurisprudência referente à presente:

ACIDENTE DE TRÂNSITO - MORTE - SEGURO OBRIGATÓRIO - AUSÊNCIA - IRRELEVÂNCIA - INDENIZAÇÃO DEVIDA - ILEGITIMIDADE INDIVIDUAL DE SEGURADORA REPELIDA - **Sendo ela credenciada para operar DPVAT, pode ser acionada.** Convênio particular entre seguradoras estabelecendo consórcio. Aceitação. Desnecessidade de prévia regulamentação oficial. Inteligência do art. 7º da lei nº 6.194/74 com a redação da lei nº 8.441/92. Inconstitucionalidade não-acolhida. (TAPR - AC 0078541900 - 1ª C. Cív. - Rel. Juiz Cunha Ribas - DJPR 04.08.95)

ACIDENTE DE TRÂNSITO - MORTE - SEGURO OBRIGATÓRIO - AUSÊNCIA - IRRELEVÂNCIA - INDENIZAÇÃO DEVIDA - ILEGITIMIDADE INDIVIDUAL DE SEGURADORA REPELIDA - **Sendo ela credenciada para operar DPVAT, pode ser acionada.** Convênio particular entre seguradoras estabelecendo consórcio. Aceitação. Desnecessidade de prévia regulamentação oficial. Inteligência do art. 7º da lei nº 6.194/74 com a redação da lei nº 8.441/92. Inconstitucionalidade não-acolhida. (TAPR - AC 0078541900 - 1ª C. Cív. - Rel. Juiz Cunha Ribas - DJPR 04.08.95)

Desta forma, não há que se cogitar de ilegitimidade passiva da requerida, sendo qualquer manifestação nesse sentido apenas uma maneira de protelar o pagamento do seguro devido ao

Rua Maria de Jesus Brasileiro de Matos, nº 38, Jardim São Paulo, Recife - PE
Dr. Diego – 8876 5452 / Dr. Bruno - 9648 4978



requerente, obrigando-o a suportar ainda mais os ônus de um procedimento que seria desnecessário se a requerida cumprisse os mandamentos da lei.

DOS FATOS

O requerente estava no bairro da Imbiribeira – Recife – PE sentido Aeroporto do Recife - PE com uma motocicleta, no dia 08/09/2011 quando outra moto avançou o sinal colidindo com o mesmo, sendo socorrido por populares e encaminhado para a UPA da Imbiribeira, conforme Boletim de Ocorrência Policial (**doc. 03**).

Na referida Unidade de Pronto Atendimento ficou diagnosticada a GRAVE LUXAÇÃO DE OMBRO DIREITO e LACERAÇÃO DO PÉ DIREITO, conforme documentos médico-hospitalares (**doc. 04**).

Por exigência da seguradora ré o requerente foi submetido à perícia com o Dr. Jorge Araújo Pontes – CRM 6.200, no dia 08/09/2011, em que ficaram constatadas as debilidades em braço direito e em pé direito, conforme laudos em anexo – (**doc. 05**), tendo em vista que o IML - Jaboatão dos Guararapes realiza perícias apenas no âmbito criminal.

Entrando-se administrativamente perante a requerida, solicitando o pagamento do seguro obrigatório, que lhe era de direito, e mesmo a seguradora ré ciente da invalidez permanente do requerente este recebeu a quantia de R\$ 1.687,50 (Um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) – conforme carta da seguradora em anexo – **doc. 06**.

Acontece que, pelas disposições legais, o valor devido do seguro é bem superior ao liberado pela seguradora, razão pela qual o requerente deseja receber o restante do seguro, o que lhe é de direito.

Vale salientar que a invalidez do requerente já foi atestada pela própria seguradora, vez que reconhecendo a incapacidade adquirida do requerente efetuou apenas parte do pagamento devido, mesmo sabendo que o valor efetivamente devido era bem superior.

DO DIREITO


Em conformidade com o art. 3º da lei nº 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, vejamos o que nos diz este artigo com sua alínea:

Art. 2º Fica acrescida ao artigo 20, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, a alínea "I" nestes termos

"Art. 20...I. Danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não."

Art. 4º A indenização no caso de morte será paga, na constância do casamento ao cônjuge sobrevivente; na sua falta, aos herdeiros legais. Nos demais casos o pagamento será feito diretamente à vítima na forma que dispuser o Conselho Nacional de Seguros Privados.

Rua Maria de Jesus Brasileiro de Matos, nº 38, Jardim São Paulo, Recife - PE
Dr. Diego – 8876 5452 / Dr. Bruno - 9648 4978



Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do seguro.

A requerida apenas liberou a quantia de R\$ 3037,50 (três mil e trinta e sete reais e cinquenta centavos), o que é um absurdo, já que restou o valor de R\$ 7.087,50 (sete mil e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) a pagar ao requerente, conforme se demonstrará neste documento.

Vale ainda salientar que a seguradora ré abusa de sua posição na relação obrigacional e não cumpre com a sua obrigação imposta em lei, tornando a efetivação do direito dos segurados do DPVAT cada vez mais difícil.

Ao descumprir uma obrigação legal, a seguradora ré torna um processo que deveria durar cerca de 30 dias, em um calvário que normalmente se estende por vários anos, fazendo com que pessoas acidentadas e extremamente debilitadas tenham que passar por constrangimentos por falta de dinheiro, já que sem condições de trabalhar e sem o dinheiro do seguro, que lhe é de direito, precisam pedir ajuda a terceiros e até contrair empréstimos a juros altíssimos. Além do constrangimento de ver o seu direito tolhido sem o menor escrúpulo e receber um valor bem inferior ao esperado.


Vale salientar que a seguradora ré sempre contesta as alegações dos demandantes informando que a quantia já liberada fora paga de acordo com a lesão atestada. No entanto, a simples afirmação não é suficiente, pois a seguradora nunca informa o procedimento realizado para chegar a tal conclusão, podendo-se afirmar que a mesma faz o pagamento de valores sem o menor sentido.

Não merecendo prosperar qualquer SIMPLES alegação da seguradora ré de que realizou a liquidação do sinistro corretamente, tentando ludibriar o entendimento de vossa excelência e prejudicar o direito do demandante através de leis e tabelas, a menos que haja a comprovação cabal de que o exposto esteja subsumido ao presente caso.

FRISE-SE excelência, que a seguradora ré em suas defesas sempre defende que o Seguro DPVAT é devido apenas em ocorrendo a deficiência funcional de algum segmento corporal (debilidades). No entanto, a tabela que a própria ré utiliza é categórica em afirmar que tem direito ao seguro "a perda anatômica e/ou funcional" de qualquer segmento do corpo humano, ou seja, os acidentados tem direito a receber valores referentes ao seguro tanto quanto a DEBILIDADES PERMANENTES, como em relação a DEFORMIDADES PERMANENTES.

Desta forma, a seguradora tem direito a receber valores referentes ao seguro não só pelas debilidades, mas pelas deformidades apresentadas devido a perda anatômica de algum segmento.

Rua Maria de Jesus Brasileiro de Matos, nº 38, Jardim São Paulo, Recife - PE
Dr. Diego - 8876 5452 / Dr. Bruno - 9648 4978



07
D



DO CARÁTER SOCIAL DA LEI 6.194 E A INTERPRETAÇÃO PERPETRADA PELA SEGURADORA RÉ

O Seguro DPVAT garante o pagamento de indenização por morte, invalidez e reembolsos de despesas médicas a todos os envolvidos em acidente com veículos automotores de via terrestre, seja terceiro, pedestre ou passageiro do veículo, independentemente da causa do acidente. Isto significa que o DPVAT tem um profundo caráter social e visa a atender, indiscriminadamente, a todas as vítimas de acidentes de trânsito. No entanto, contrariando o princípio geral que norteia o Seguro DPVAT, a seguradora ré instituiu uma interpretação mais favorável a seus interesses em detrimento dos segurados e do caráter social do referido seguro

ORA, SE UMA PESSOA TEM DEBILIDADE/DEFORMIDADE no MEMBRO SUPERIOR DIREITO E NO PÉ DIREITO, O VALOR A SER CONSIDERADO É O DE R\$ 9.450,00 + 6.750,00 = R\$ 16.200,00!!! Respeitando-se o teto previsto na Lei nº6.194/74 (R\$ 13.500,00), vem a juízo pleitear a importância de R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos) vez que recebeu a quantia de R\$ 1.687,50 (mil seiscientos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Excelência, no mundo hermenêutico é notório que não há uma interpretação única e exclusiva a ser considerada como correta, no entanto, a Lei 6.194/74 indica o norte que interpretação deve ser aplicada e a seguradora ré de forma proposital inverte os valores inseridos no documento legal, se aproveitando de sua posição superior na relação jurídica instalada com o segurado, este hipossuficiente na relação mencionada.

DA TABELA ANEXA A LEI 6.194/74

A tabela anexa a Lei 6.194/74 é categórica em afirmar que o segurado coberto pelo Seguro DPVAT possui direito ao seguro em decorrência de perda anatômica e/ou funcional. Desta forma, qualquer perda anatômica (vulgo DEFORMIDADE) e também a funcional (vulgo DEBILIDADE) estão cobertos pelo seguro DPVAT e devem ser alvo de liquidação, ao contrário do que tenta fazer crer a seguradora ré ao resumir o pagamento do Seguro DPVAT apenas aos casos em que há debilidade (perda funcional).

Portanto, conforme interpretação clara e evidente da tabela (somando-se ainda o caráter social da Lei 6.194/74), os pagamentos do Seguro DPVAT devem ser separados pela debilidade e pela deformidade. Exemplificando para melhor entender:

Exemplificando: Se uma pessoa acidentada fraturar o fêmur direito e passar por algumas cirurgias, a seguradora ré tem a obrigação de avaliar o percentual de debilidade da perna direita, bem como o percentual de deformidade.

Assim, caso seja considerado como 50% de debilidade e 50% de deformidade da perna direita, deve-se somar os valores de liquidar o sinistro na quantia de R\$ 9.450,00 (nove mil

Rua Maria de Jesus Brasileiro de Matos, nº 38, Jardim São Paulo, Recife - PE
Dr. Diego – 8876 5452 / Dr. Bruno - 9648 4978



09
A



DO ACIDENTE - JUROS DE MORA CONTADOS A PARTIR DA CITAÇÃO - NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO.

Trata-se de apelação cível manejada contra a sentença que julgou procedente o pedido e condenou a ré ao pagamento em favor dos autores do valor de 40 salários mínimos vigentes a época do evento danoso, acrescidos de juros de mora de 1% ao mês devidos desde a citação, bem como a correção monetária, devido desde a data do sinistro.

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA – DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PRELIMINAR. INÉPCIA DA INICIAL. INOCORRÊNCIA. QUITAÇÃO GERAL. PAGAMENTO PARCIAL DO VALOR DEVIDO. DIREITO À PERCEPÇÃO DA DIFERENÇA. LAUDO DO IML. CNSP. COMPETÊNCIA. FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. SENTENÇA ULTRA PETITA. CONFIGURAÇÃO. TERMO INICIAL DA CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS. HONORÁRIOS DE ADVOGADO.

(...)

8. A indenização decorrente de seguro obrigatório – DPVAT deve corresponder ao salário mínimo vigente à época do evento, computando-se daí por diante correção monetária de conformidade com os índices oficiais, a par dos juros moratórios no percentual de 1% (um por cento) a.m. contados a partir da citação. 9. A verba honorária de sucumbência fixada em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação encontra-se em perfeita consonância com o disposto no parágrafo 3º, art. 20 do Código de Processo Civil. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. (ORIGEM: 4ª CAMARA CÍVEL - TJ/GO, FONTE: DJ 199 de 17/10/2008, ACÓRDÃO: 18/09/2008, PROCESSO: 200802571314, APELAÇÃO CÍVEL Nº 128.820-0/188 (200802571314), COMARCA APARECIDA DE GOIÂNIA, RELATOR: Desembargador Stenka I. Neto) (grifo nosso)

Desta forma, pede-se por ser do mais justo e lícito direito que condene a seguradora ré a pagar ao requerente o valor devido do seguro corrigido monetariamente desde a data do sinistro, ou seja, desde 08/09/2011, de acordo com o IGP-M, conforme entendimento jurisprudencial dominante:

TJMS – Apelação Cível: AC 10.292 MS 2010.010292-7

Julgamento: 27/04/2010 – órgão Julgador: 4ª Turma Cível

APELAÇÃO -COBRANÇA -SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)- ALEGAÇÃO DE FALTA INTERESSE DE AGIR - FALTA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO -PRELIMINAR AFASTADA -

Rua Maria de Jesus Brasileiro de Matos, nº 38, Jardim São Paulo, Recife - PE
Dr. Diego – 8876 5452 / Dr. Bruno - 9648 4978



**LIMITE DA LEI 11.482/07 - CORREÇÃO MONETÁRIA PELO IGPM/FGV A PARTIR DO
EVENTO DANOSO -RECURSO IMPROVIDO.**

DO PEDIDO

Ante todo o exposto, requer:

- 1) A citação da Requerida no endereço supra citado, para querendo, responder nos termos da presente ação sob pena de revelia e confissão.
- 2) Que seja julgado procedente o pedido, condenando a requerida ao Pagamento Integral do Seguro Obrigatório - DPVAT, conforme determinado em lei, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) subtraídos R\$ 1.687,50 (Um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) já recebidos, gerando um importe total de R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).
- 3) Que caso vossa excelência julgue necessária a realização de mais alguma perícia médica para avaliar as debilidades do requerente, oficie o Instituto Médico Legal para proceder à perícia legal, intimando a parte ré para oferecer quesitos se assim preferir, convertendo o rito sumário em ordinário.
- 4) Aplicação de juros moratórios de 1% ao mês a partir da data do pagamento do seguro, com a condenação em honorários advocatícios em 20% do valor da causa.
- 5) Seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, por ser o requerente pessoa pobre nos termos da Lei nº 1060/50.

DAS PROVAS

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos.

Dá-se a causa o valor de R\$ R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos), mais correção monetária da datado acidente (08/09/2011) e os juros moratórios a serem calculados a partir da citação válida.

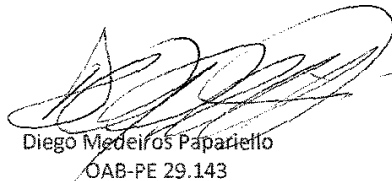
Termos em que,

Pede deferimento.

Recife, 15 de maio de 2012.

Bruno de Araújo Sena
OAB-PE 28.063

Lane


Diego Medeiros Papariello
OAB-PE 29.143

Rua Maria de Jesus Brasileiro de Matos, nº 38, Jardim São Paulo, Recife - PE
Dr. Diego - 8876 5452 / Dr. Bruno - 9648 4978





Sena & Papariello
ADVOGADOS

13
A
DOC. 01

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

José Borges dos Santos

RG 1.215.171

CPF

112.282.034-34

PROFISSÃO

ESTADOCIVIL

Divorciado

ENDEREÇO

Rua Maranhão nº 23

CEP 54.000-000, Sítio Taboão dos Guararapes PE.

OUTORGADOS: BRUNO DE ARAÚJO SENA, brasileiro, advogado, solteiro, inscrito na OAB/PE 28.063-D e DIEGO MEDEIROS PAPARIELLO, brasileiro, advogado, solteiro, inscrito na OAB/PE – 29.143-D ambos com endereço profissional na Rua do Espinheiro, n. 812, Galeria Francisco Accioly, sala 102, Bairro do Espinheiro, Recife-PE.

PODERES: Para o foro em geral, com cláusula “*ad judicium*”, para defender os interesses e direitos do outorgante, e ações e processos de qualquer natureza, até o final da decisão como autor, réu, assistente ou oponente, perante qualquer juízo, instância ou Tribunal, repartições, órgãos ou autarquias Federais, estaduais e Municipais, contra qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, em defesa dos legítimos interesses do outorgante, conferindo-lhe poderes ainda para confessar, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, desistir, renunciar e assinar, interpor recursos necessários, tomar vistas em processos, contestar qualquer ação, receber notificação e intimação, incluindo também os poderes da procuração “*ad negotia*”, a fim de requerer e fazer levantamento de valores creditados em favor do outorgante, através de alvará judicial, RPV ou Precatório, junto às instituições financeiras (CEF, Banco do Brasil S/A e outros), que façam referência aos depósitos judiciais que os outorgados atuou como patrocinador da ação, podendo ainda pedir retenção de honorários advocatícios combinados de acordo com contrato de honorários, sem prejuízo dos honorários sucumbenciais, enfim requerer, assinar e praticar tudo o mais que se fizer necessário para o perfeito desempenho do mandato em conjunto ou separadamente, inclusive substabelecer com ou sem reserva de poderes que lhe são outorgados.

Recife, 30 de Março de 2012

José Borges dos Santos
Outorgante

Rua do Espinheiro, 812 (Galeria Francisco Accioly), sl 102, Espinheiro, Recife/PE,
CEP: 52020-020, F. 30324978 – 96484978 – 96565452





Sena & Papariello
ADVOGADOS

12
D
DOC.02

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

DA IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES:

| | | |
|---------------------------------------|----------------|-------------|
| Pelo Presente Instrumento Particular: | | |
| José Borges dos Santos | | |
| Nacionalidade: | Estado Civil: | |
| Brasileiro | Divorciado | |
| RG: | CPF: | Nascimento: |
| 1.215.171 | 112.282.034-34 | 11/04/1995 |
| Profissão: | | |
| Endereço: | | |
| Rua Marquês nº 23 | | |
| Bairro: | CEP: | |
| Sotauz | 51.000-000 | |
| Município: | Estado: | |
| Jaboatão dos Guararapes | PE | |

CONTRATADO: Sr. DIEGO MEDEIROS PAPARIELLO, CPF nº 064.051.544-40 e Sr. BRUNO DE ARAÚJO SENA, CPF nº 060.473.174-48, ambos do advogados, com escritório na Av. São Paulo, 123, Sl. 105 (Centro Empresarial São Paulo), Jardim São Paulo, Recife/PE, SRA. GIZILANE DUARTE BRITO DOS SANTOS, portadora do RG nº 6.381.783 – SDS – PE e inscrita no CPF/MF sob o nº 010.684.794-50, com escritório na Av. Córrego da Batalha, nº 188, Jardim Jordão, Jaboatão dos Guararapes – PE.

As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Prestação de Serviço, ficando desde já aceito, pelas cláusulas abaixo descritas.

DO OBJETO DO CONTRATO

Cláusula Primeira: O presente contrato tem como OBJETO a prestação de serviços pelos CONTRATADOS para promover em nome do CONTRATANTE todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho do seu mandato do contrato.

Parágrafo único: estes serviços poderão ser feitos administrativamente ou por vias judiciais, caso necessário.

DA FASE JUDICIAL

Cláusula Segunda: caso necessário a intervenção judicial para o desempenho do seu mandato do contrato, pela procuração outorgada, os CONTRATADOS, proporão demanda judicial na qual a concordância do CONTRATANTE é expressa nos termos do presente contrato.

Rua do Espinheiro, 812 (Galeria Francisco Accioly), sl 102, Espinheiro, Recife/PE, CEP: 52020-020.
F. 30324978 – 96484978 – 96565452





Sena & Papariello
ADVOGADOS

Parágrafo único: Os honorários profissionais serão no importe de 30% do proveito auferido com a demanda judicial proposta pelos **CONTRATADOS**.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Cláusula Terceira: A **CONTRATANTE** obriga-se pela veracidade e exatidão das informações prestadas aos **CONTRATADOS**, fornecendo-lhe procuração e aos seus sócios com fins específicos para agir em seu nome, além de todos os documentos pessoais e demais documentos indispensáveis que lhe forem solicitados etc.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Cláusula quarta: é obrigação dos **CONTRATADOS** realizar a prestação de contas nos moldes do presente contrato.

Cláusula quinta: a partir da entrega da documentação, os **CONTRATADOS** serão responsáveis pela sua guarda e utilização devida.

DO RECEBIMENTO

Cláusula sexta: Os **CONTRATADOS** estão autorizados a praticar todo e qualquer ato que julgue necessário para um bom resultado da demanda judicial.

Cláusula sétima: Não há prazo determinado para o término do procedimento.

Cláusula oitava: Os comprovantes, cópias e documentos serão mantidos nos arquivos dos **CONTRATADOS** por 12 (doze) meses após o fim do processo. Após esse período, os **CONTRATADOS** estão autorizados a dar o encaminhamento devido aos documentos relativos aos serviços prestados à **CONTRATANTE**.

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Cláusula nona: A **CONTRATADA** se compromete a prestar toda e qualquer informação que a **CONTRATANTE** julgue necessária sobre a prestação de seus serviços. Tanto na fase administrativa como na judicial, se necessária.

Cláusula décima: A **CONTRATANTE** pagará aos **CONTRATADOS** 30% (trinta por cento), do proveito econômico que for auferido, a título de remuneração pelos serviços prestados.

Cláusula décima primeira: A **CONTRATANTE** aceita e autoriza os **CONTRATADOS** a proceder os descontos de seus honorários em percentual acima descrito e demais despesas administrativas como cartório, sedex, eventuais consultas médicas, serviços despachante, perícias, etc; tudo que envolva o fiel cumprimento deste mandado, tais como a do parágrafo único da Cláusula Segunda, entre outras, no ato de prestação de contas e repasse da importância recebida, que deverá ser feito através de débito, saque ou transferência em conta que houver o recebimento do seguro DPVAT.

Rua do Espinheiro, 812 (Galeria Francisco Accioly), sl 102, Espinheiro, Recife/PE, CEP: 52020-020.
F. 30324978 – 96484978 – 96565452





Sena & Papariello
ADVOGADOS

DA RESCISÃO

Cláusula décima segunda: Em havendo desistência, distrato, revogação do presente instrumento ou prática de qualquer ato violador destes termos, reputar-se-á vencido e exigível o total da remuneração dos serviços contratados, bem como as despesas descritas na Cláusula Décima Segunda, constituindo o presente contrato em título executivo extrajudicial, nos termos do Código de Processo Civil.

DO FORO

Cláusula décima terceira: Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do CONTRATO, as partes elegem o foro da comarca de Recife/Pernambuco.

Recife, 30 de Março de 2012.

Antônio Borges dos Santos

CONTRATANTE

Gizilane Duarte Brito dos Santos

GIZILANE DUARTE BRITO DOS SANTOS

DIEGO MEDEIROS PAPARIELLO
OAB-PE 29.143

BRUNO DE ARAÚJO SENA
OAB-PE 28.063

Testemunha

Testemunha

Rua do Espinheiro, 812 (Galeria Francisco Accioly), sl 102, Espinheiro, Recife/PE, CEP: 52020-020.
F. 30324978 – 96484978 – 96565452





GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLICIA DA 019A. CIRCUNSCRICAO - PRAZERES

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 11E0109011657

15
4
DOC. 03

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 16/12/2011 às 17:15

ACIDENTE DE TRANSITO COM VITIMA NAO FATAL - Doloso (Consumado) que aconteceu no dia 8/9/2011 às 08:30

Fato ocorrido no endereço: **BAIRRO DE IMBIRIBEIRA (BAIRRO), 1 - Bairro: IMBIRIBEIRA - Município: RECIFE - Estado: PERNAMBUCO - País: BRASIL**
Local do Fato: **VIA PUBLICA - Próximo: NAO INFORMADO**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:
DESCONHECIDO (AUTOR / AGENTE)
IVAN JOAQUIM DA SILVA (OUTRO)
JOSE BORGES DOS SANTOS (VITIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:
VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(a) Sr(a): JOSE BORGES DOS SANTOS
VEICULO: (Usado na geração da ocorrência) , que estava em posse do(a) Sr(a): DESCONHECIDO

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

(VITIMA) - JOSE BORGES DOS SANTOS (presente ao plantão) - Sexo: Masculino
Mãe: ANGELITA MARCIONILA DA CONCEIÇÃO; Pai: MANOEL BORGES DOS SANTOS Data de Nascimento: 11/4/1955;
Naturalidade: NAO INFORMADO / NAO INFORMADO / NAO INFORMADO
Documentos: 1218171/SSP/PE (RG), 1422823434 (CPF) Estado Civil: NAO INFORMADO; Escolaridade: NAO INFORMADO;
Profissão: NAO INFORMADO; Telefone de Contato: NAO INFORMADO; Telefone Celular: 86241786
Endereço Residencial: BARRO DE PRAZERES (BAIRRO), 23, R' MARANATA, 55008-000, PRAZERES, JABOATAO DOS GUARARAPES, PERNAMBUCO, BRASIL
Endereço Comercial: NAO INFORMADO
Dados Comerciais: NAO INFORMADO

(AUTOR / AGENTE) - DESCONHECIDO (não presente ao plantão) - Sexo: Masculino
Mãe: NAO INFORMADO; Pai: NAO INFORMADO Data de Nascimento: NAO INFORMADO; Naturalidade: NAO INFORMADO / NAO INFORMADO
Estado Civil: NAO INFORMADO; Escolaridade: NAO INFORMADO; Profissão: NAO INFORMADO; Telefone de Contato: NAO INFORMADO; Telefone Celular: NAO INFORMADO
Endereço Residencial: NAO INFORMADO
Endereço Comercial: NAO INFORMADO
Dados Comerciais: NAO INFORMADO

<http://www8.sds.pe.gov.br:8080/pernambuco/VisualizaBO.do?idUn=109&id...> 16/12/2011

Secretaria de Defesa Social :: INFOPOL

Page 2 of 2



(seu nome e sobrenome) - sexo: masculino

Mãe: NÃO INFORMADO; Pai: NÃO INFORMADO Data de Nascimento: NÃO INFORMADO; Naturalidade: NÃO INFORMADO / NÃO INFORMADO

Estado Civil: NÃO INFORMADO; Escolaridade: NÃO INFORMADO; Profissão: NÃO INFORMADO; Telefone de Contato: NÃO

INFORMADO; Telefone Celular: NÃO INFORMADO

Endereço Residencial: NÃO INFORMADO

Endereço Comercial: NÃO INFORMADO

Dados Comerciais: NÃO INFORMADO

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

VEICULO (VEICULO) de propriedade do(a) Sr(a): IVAN JOAQUIM DA SILVA, que estava em posse do(a) Sr(a): JOSE BORGES DOS SANTOS

Categoria/Marca/Modelo: MOTOCICLETA / HONDA / NXR150 BROS - Objeto apreendido: Não - Número de Série: NÃO INFORMADO
Cor: LARANJA - Quantidade: 1 (UNIDADE NÃO INFORMADA) Valor Unitário: (MOEDA NÃO INFORMADA)

Descrição: PLACA: PFM 2158

VEICULO 1 (VEICULO) de propriedade do(a) Sr(a): DESCONHECIDO, que estava em posse do(a) Sr(a): DESCONHECIDO

Categoria/Marca/Modelo: MOTOCICLETA / NÃO INFORMADO / NÃO INFORMADO - Objeto apreendido: Não - Número de Série: NÃO INFORMADO

Cor: NÃO INFORMADO - Quantidade: 1 (UNIDADE NÃO INFORMADA) Valor Unitário: (MOEDA NÃO INFORMADA)

Placa: NÃO INFORMADO (PERNAMBUCO / NÃO INFORMADO)

Complemento / Observação

ALEGA A VÍTIMA QUE VINHA NA IMBIRIBEIRA SENTIDO AEROPORTO QUANDO UMA MOTO AVANÇOU O SINAL, COLIDINDO COM O MESMO, QUE FOI LEVADO POR POPULARES PARA A UPA DA IMBIRIBEIRA, COM FERIMENTOS NO PÉ DIREITO E DORES NO OMBRO DE MESMO LADO. REQUER PROVIDÊNCIAS QUANTO AO DPVAT.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

Jose Borges dos Santos
JOSE BORGES DOS SANTOS
(VÍTIMA)

B.O. registrado pelo policial: CARLOS JORGE SANTOS TORRES CRUZ - Matrícula: 273.631-8

<http://ww8.sds.pe.gov.br:8080/pernambuco/VisualizaB.O.do?idUn=109&id...> 16/12/2011



17
40

Paciente: JOSE BORGES DOS SANTOS

Prontuário: 156515

Atendimento: 229922 Dt. Nasc.: 11/04/1955

Sexo: Masculino

DOC. 04

Boletim de Pronto Atendimento de Emergência e Urgência

Queixa Principal / História

DOR OMBRO DIREITO, QUEDA.

Exame Físico

EG Bom

Hidratado

Acianótico

Afebril

Consciente

Nutrido

Anictérico

Sem edemas

Orientado

Corado

Eupneico

ACV.: RCR 2T BCNF S/ Sopro

AR.: MV Normal S/ RA

AD.: Ruidos Hidroaéreos + ind

SN.: NDN

SGU.: NDN

ORL.: NDN

Pele: NDN

DM: ☐

HAS: ☐

Medicamentos de uso contínuo. Quais?

Alergia: NEGA

AP.Loc.: ☐ Edema ☐ Dor a movimentação ☐ Equimose ☐ Hematoma ☐ Deformidade Óssea

Outros:

Aferições

Hipótese Diagnóstica

LUXAÇÃO OMBRO DIREITO

Secundário: FERIDA LACERO CONTUSA NO PE DIREITO

Conduta

REDUÇÃO INCRUENTA, SUTURA EM PE DIREITO

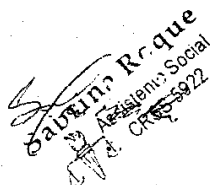
Evolução

AMB DO SUS

Médico : WILSON CARNEIRO DA SILVA

CRM : 3150

Data: 08/09/2011 08:02:32


Wilson Carneiro da Silva
Assistente Social
CRM 5922

venida Marechal Mascarenhas de Moraes - 4223 - Imbiribeira - Recife-PE - CEP: 51150-004 - Tel. (81) 3184-4328



RIO DE JANEIRO, 26 DE JANEIRO DE 2012

PREZADO(A) SENHOR(A)

INFORMAMOS QUE ESTAMOS DISPONIBILIZANDO O PAGAMENTO DA
INDENIZACAO DO SEGURO DPVAT NO VALOR DE RS
*****1.687,50 CUJOS DADOS DISCRIMINAMOS A SEGUIR:

SINISTRO N. - 2012/008513-01
VITIMA - JOSE BORGES DOS SANTOS
FAVORECIDO /
BENEFICIARIO - JOSE BORGES DOS SANTOS
GARANTIA - INVALIDEZ
PROCURADOR -
SEGURADORA - COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

O VALOR ACIMA MENCIONADO ESTARA DISPONIVEL, A PARTIR DE
31/01/2012, NA CONTA CORRENTE (000000015419-9) AGENCIA
(06318-) DO BANCO (341), CONFORME INFORMADO POR V.SA.
NO FORMULARIO AUTORIZACAO DE PAGAMENTO/CREDITO DE SINI-
STRO - SEGURO DPVAT.

EM CASO DE DUVIDAS LIGAR PARA CENTRAL DE ATENDIMENTO
DPVAT, TEL. 0800.0221204.

ATENCIOSAMENTE,

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

10/10/11



CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, registrei o presente feito no livro de tomo nº 88, fls. 121, sob o n.º 0041434-98.2012.8.17.0001. O referido é verdade. Dou fé.

Recife, 21 de junho de 2012.

Chefe de Secretaria

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos distribuídos sob n.º 0041434-98.2012.8.17.0001, conclusos ao Dr. Juiz de Direito da Sétima Vara Cível por distribuição.

Recife, 21 de junho de 2012.

Chefe de Secretaria





ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
7ª VARA CÍVEL POR DISTRIBUIÇÃO DO RECIFE

22
7

PROCESSO Nº 0041434-98.2012.8.17.0001

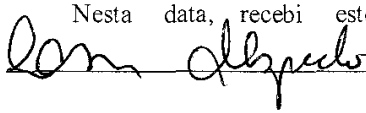

DESPACHO

Defiro o pedido de gratuidade da justiça (Lei nº 1.060/50).

Cite-se para audiência de conciliação (art. 277 do CPC) a ser realizada no dia 21.02.2013, às 15 horas, com a advertência de que, não obtido o acordo, deverá a parte ré, por seu advogado, ofertar contestação na própria audiência, acompanhada de todos os documentos, apresentando com a antecedência legal o rol de testemunha, acaso deseje ouvi-las, observando, quanto ao mais o disposto nos artigos 278 e seguintes do CPC.

Recife-PE, 01 de agosto de 2012.


KATHYA GOMES VELOSO
Juíza de Direito em Exercício

| | | |
|---|----|-------------|
| DATA | | |
| Nesta data, recebi estes autos | | |
|  | | |
| Recife | 01 | de 08 de 12 |
|  | | |
| Chefe de Secretaria | | |



23
A

8 - No caso de perda anatômica indicar os níveis topográficos de amputação do membro ou órgão.

9 - No caso de redução ou perda do uso de algum membro ou órgão, preencher as informações abaixo:

| Alterações funcionais de cada membro ou órgão | Grau de Redução Funcional | | | |
|--|---------------------------|---------------------|----------------------|----------------------|
| | Mínimo (0 a 25%) | Médio (26 a 50%) | Máximo (51 a 75%) | Total (76 a 100%) |
| Perda de força e de mobilidade de MSD e MID | 1 | 1 | 1 | 100% |
| | | | | |
| | | | | |
| | | | | |

10 - No caso de redução de acuidade visual, indicar sua avaliação, empregando a Escala Snellen.

| Acuidade Visual O.D. | | Acuidade Visual O.E. | |
|----------------------|--------------|----------------------|--------------|
| sem correção | com correção | sem correção | com correção |
| | | | |

11 - No caso de redução da função auditiva, anexar exame audiológico.

| | |
|---|----------------------------|
| 12 - A invalidez citada nos itens anteriores é de caráter permanente? | Data da alta do tratamento |
| <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não | |

13 - No caso de invalidez por Doença, qual a data de sua constatação? ____/____/____

14 - Outras doenças ou deformidades já apresentadas anteriormente pelo paciente.

15 - Observações

QIP = 543 + 591

| | | |
|----------------|-----------|----------|
| Nome do Médico | Nº do CRM | Telefone |
| Endereço | Número | Cidade |
| | | Estado |

Dr. Jorge Araújo Pontes
Clínico Geral
CRM: 6.290



23
Q

7ª VARA CÍVEL DA CAPITAL
CERTIDÃO DE INCLUSÃO NA PAUTA PARA
PUBLICAÇÃO

Certifico que o despacho de fls. 22 foi
incluído na pauta nº 370 para
publicação no Diário de Justiça Eletrônico
nesta data. Dou fé.

Recife, 21 de 08 de 2012.

[Assinatura]
Chefe de Secretaria

7ª VARA CÍVEL DA CAPITAL
CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que o despacho de fls. 22, foi
disponibilizado no D. da Justiça Eletrônico de
Nº 156, págs. 116, no dia 22/08/2012,
tendo como data de sua publicação o dia
22/08/2012 para efeito de intimação das
partes, nos termos da Lei Federal nº
11.419/2006 e da Resolução nº 260/2009 do
TJPE. Dou fé.

Recife, 23 de 08 de 2012.

[Assinatura]
Chefe de Secretaria



S/CITAÇÃO C/ACORDO

SEGURADORA LÍDER DPVAT - CHECK LIST - MUTIÇÕES DPVAT

RELATÓRIO DE ANÁLISE PROCESSUAL

| DADOS DO PROCESSO | |
|-------------------|------------------------------------|
| AUTOR | JOSE BORGES DOS SANTOS |
| VÍTIMA | JOSE BORGES DOS SANTOS |
| DATA DO ACIDENTE | 08/09/2011 |
| JUIZO | 7ª VC DA COMARCA DE RECIFE/PE |
| RÉU | COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS S/A |
| PROCESSO | 92434-98-2012 |

| DADOS ACERCA DOS VEÍCULOS ENVOLVIDOS | |
|--------------------------------------|---------------------------------|
| VÍTIMA | () CONSÓRCIO 1 () CONSÓRCIO 2 |
| CONDUTOR | () CONSÓRCIO 1 () CONSÓRCIO 2 |

| DADOS ACERCA DA MORTE | |
|-----------------------|--------------------------|
| CERTIDÃO DE ÓBITO | () SIM () NÃO |
| DATA DO ÓBITO | / / |
| CÔNJUGE | () SIM () NÃO |
| HERDEIROS | () SIM () NÃO QUANTOS? |

| DADOS ACERCA DA INVALIDEZ PERMANENTE | |
|--------------------------------------|-------------------------|
| LAUDO PARTICULAR | () SIM () NÃO |
| DATA DO LAUDO | / / |
| LAUDO DO DML | () SIM () NÃO |
| DATA DO LAUDO DO DML | / / |
| ATESTA O GRAU DE INVALIDEZ | () SIM () NÃO QUAL? % |

| DADOS ACERCA DAS DESPESAS MÉDICAS | |
|-----------------------------------|--|
| VALOR DOS GASTOS | |

| AVALIAÇÃO MÉDICA | |
|---------------------------------|---|
| CONSTATADO NEXO ACIDENTE/LESÕES | (X) SIM () NÃO |
| MEMBROS AFETADOS E PERCENTUAIS | OMBRO DIREITO (75%) PE DIREITO (75%) |
| GRAU DE INVALIDEZ CONSTATADO | % () LEVE () MÉDIO () INTENSO () RESIDUAL |
| MÉDICO AVALIADOR | |
| ASSISTENTE DA SEGURADORA LÍDER | |

| ESCRITÓRIO | |
|-----------------------------------|----------------------|
| ESCRITÓRIO RESPONS. PELO PROCESSO | |
| ANALISTA - NOME LEGÍVEL | VICTOR ANDRADA - RCA |

| ACORDO | |
|-------------------------------|--------------|
| VALOR TOTAL DO ACORDO | R\$ 6.496,81 |
| VALOR DA VÍTIMA (PRINCIPAL) | R\$ 5.906,25 |
| VALOR DOS HONORÁRIOS + CUSTAS | R\$ 590,62 |

| DADOS COMPLEMENTARES | |
|-------------------------------|-----------------|
| GPROC | |
| SINISTRO ADMINISTRATIVO | () SIM () NÃO |
| SINISTRO JUDICIAL | () SIM () NÃO |
| APROVAÇÃO DA SEGURADORA LÍDER | () SIM () NÃO |

R\$ 1.687,50 (26.01.2012)

808

CÓPIAS DIGITALIZADAS



Informações da Vítima

Nome completo:

JOSÉ BORGES DOS SANTOS

CPF:

142282034-34, José Borges dos Santos

Endereço completo:

Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes

Informações do acidente

Local: Ruiz

Data do Acidente: 08/05/2011

Avaliação

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

a) ☒ Sim b) ☐

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s): Acid. do f. e do t.

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

a) ☐ Sim b) ☒

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ disfunções apenas temporárias
b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítima.

Rei do f. e do t.
Acid. do f. e do t.

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

- a) ☐ Sim, em que prazo: _____
b) ☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mas susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

- a) ☐ Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima.
b) ☒ Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima.



b.2) ☐ Parcial Incompleto (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da Vítima).

3ª Lesão

☐ 10% Residual 25% ☐
☐ 50% Média ☐ 5%

Intensa

4ª Lesão

☐ 10% Residual 25% ☐
☐ 50% Média ☐ 75%

Intensa

1410 S. 4th Street
Rd. 1
CPR: 545.888.157-04
CRA: 02. 60138-5

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

☐ 10% Residual 25% ☐
☐ 50% Média 5% ☒

Intensa

Data da realização do exame médico legal:

09/11/12

2ª Lesão

2- L&S&O

Intensa

☐ 10% Residual 25% ☐

☐ 50% Média ☒ 5%

Intensa

Espaço para assinatura do médico legista perito

Informações Complementares





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Fórum da Conciliação

Central de Mutirões

Central de Mutirões

Fórum Rodolfo Aureliano - 1º Andar Hall Monumental, s/nº - Joanna Bezerra - Recife/PE - CEP: 50090-700 - F: (81) 3412.5932

TERMO DE SESSÃO DE MEDIAÇÃO/CONCILIAÇÃO

Procedimento nº 007975/2012-00

Turma - CT02

Processo Judicial nº 0041434-98.2012.8.17.0001

Vara: Sétima Vara Cível Capital

JOSÉ BORGES DOS SANTOS

DPVAT

Conciliador responsável: João Paulo de Godoy Valença

Aos 08 (OITO) dias do mês de NOVENBRO do ano de 2012, feito o pregão às 16:30h, na presença da MM. Juíza de Direito Dra. Luzicleide Maria Muniz Vasconcelos, do Conciliador JOÃO PAULO DE GODOY VALENÇA, deu-se por aberta a audiência de conciliação, na qual compareceram o(a) Demandante, Sr(a) JOSE BORGES DOS SANTOS (RG 1215171 SDS-PE, CPF 142.282.034.34), assistido pelo(a) advogado(a) Dr(a) CAMILA FERREIRA LIMA DE ALBUQUERQUE BRITO (OAB-PE 28204), a Empresa Demandada, SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, representada pelo(a) preposto(a) Sr(a) THAÍS MARTINS DE CARVALHO (CPF: 124.057.697-86) conforme carta de preposição, assistido(a) pelo(a) Dr(a) VICTOR HUGO ANDRADA CORREIA (OAB-PE 33089).

ABERTA A AUDIÊNCIA, após ser a parte autora submetida a exame médico, conforme LAUDO DE VERIFICAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE LESÕES PERMANENTES datado do dia 08 (OITO) de NOVENBRO de 2012, firmado pelo(s) médico(s) designados, Dr. ROMERO B. C. MENDES, CRM 12506, e Dra. LÚCIA PEREIRA, CRM 52.50138-1.

As partes para fins de composição chegaram ao seguinte acordo:

1. A DEMANDADA SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT compromete-se a pagar a(o) autor(a), o(a) Sr(a) JOSE BORGES DOS SANTOS (RG 1215171 SSP-PE, CPF 142.282.034.34), o valor de R\$ 6.496,87 (SEIS MIL QUATROCENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS), dos quais R\$ 5.906,25 (CINCO MIL NOVECENTOS E SEIS REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS) serão em favor do autor e R\$ 590,62 (QUINHENTOS E NOVENTA REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS), referentes aos honorários advocatícios, até o dia 22 de JANEIRO de 2013.

2. O pagamento será realizado por meio de cheque nominal em favor do(a) autor(a) Sr(a) JOSE BORGES DOS SANTOS (RG 1215171 SSP-PE, CPF 142.282.034.34), a ser entregue no Escritório da Queiroz Cavalcanti, na Rua da Hora, 692, Espinheiro, Recife-PE, CEP 52020-010.

Fica advertida a parte demandada que o descumprimento da obrigação de pagar ora acordada ensejará a execução por quantia certa no valor acordado, acrescido de multa de 10% (dez por cento), mais juros de 1,0% (um por cento) ao mês e correção monetária, até a data do efetivo cumprimento.

Satisfeita a obrigação, a parte demandante dará plena, geral e irrevogável quitação de todo o objeto deste litígio para nada mais reclamar a este respeito, em juízo ou fora dele.

As partes renunciam o prazo recursal.

Foi determinado pela MM Juíza coordenadora o retorno dos autos à unidade judiciária de origem, encaminhando-se o presente termo de acordo juntamente com a perícia médica, para que seja homologado por sentença, na forma prevista na legislação processual civil.

Encerrado o presente Termo, assinado pelas partes presentes.

RECIFE/PE, 08 de NOVENBRO de 2012.

Dra. Luzicleide Maria Muniz Vasconcelos
Juíza de Direito – Coordenadora

João Paulo de Godoy Valença
JOÃO PAULO DE GODOY VALENÇA
Conciliador

Jose Borges dos Santos
DEMANDANTE:

Camila Ferreira Lima
Advogado: CAMILA FERREIRA LIMA
OAB/PE nº 28204-D

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS
DO SEGURO DPVAT S/A

Advogado DEMANDADO: *Victor Hugo Andrada Correia*
OAB/PE 33089



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE RECIFE-PE**

Proc. 0041434-98.2012.8.17.0001


COMPANHIA EXCELSIOR DE SEUROS S/A, já qualificada, nos autos do processo em epígrafe, em que contende com **JOSE BORGES DOS SANTOS**, por meio de seus advogados que esta subscreve, vem, respeitosamente a presença de V. Exa., requerer a juntada do **RECIBO DE QUITAÇÃO** referente ao termo de transação extrajudicial, ora celebrado entre as partes.

Sendo assim, pugna a Ré a esse D. Juízo pela declaração de cumprimento da obrigação, arquivamento do feito e sua baixa no distribuidor.

Nestes termos,

Pede Deferimento.

Recife, 11 de janeiro de 2013.


Rostand Inácio dos Santos
OAB/PE 22.718

Escritório Recife

Rua da Hora, 692, Espinheiro
CEP: 52.020-010 | Recife - PE
Tel.: 81 2101.5757
Fax: 81 2101.5751

queirozcavalcanti@queirozcavalcanti.adv.br

Escritório Salvador

Av. Tancredo Neves, 1283, salas 702/703,
Edf. Omega Empresarial Caminho das Árvoreas
CEP: 41.820-020 | Salvador - BA
Tel./Fax: 71 3271.5310 | 71 3272.1351

queirozcavalcanti-ba@queirozcavalcanti.adv.br

Escritório João Pessoa

Av. João Machado, 553, salas 05/06 | Centro
CEP: 58.013-520
João Pessoa - PB
Tel./Fax: 83 3021.3483 | 83 3021.3482

queirozcavalcanti-pb@queirozcavalcanti.adv.br

Escritório Fortaleza

Av. Santos Dumont, 2828, salas 06/07,
Edf. Torre Santos Dumont | Aldeota
CEP: 60.150-161 | Fortaleza - CE
Tel./Fax: 85 3032.5757

queirozcavalcanti-ce@queirozcavalcanti.adv.br



RECIBO DE QUITAÇÃO

Eu, **Dr. DIEGO MEDEIROS PAPARIELLO**, procurador devidamente constituído por **JOSE BORGES DOS SANTOS**, inscrito na OAB/PE sob o nº. 29.143, declaro que recebi da COMPANHIA EXCELSIOR DE SEUROS S/A, a importância total de R\$ 6.496,87 (seis mil quatrocentos e noventa e seis reais e oitenta e sete centavos), através do cheque nominal a parte autora sob o nº. 644012, referente ao cumprimento do termo de transação extrajudicial celebrado nos autos do processo de nº 0041434-98.2012.8.17.0001, em trâmite perante a 7ª vara cível da comarca de Recife-PE.

Assim sendo, dou por cumprido, sem nenhuma ressalva e oposição, o TERMO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL, anteriormente juntado aos autos, valendo para todos os efeitos legais, inclusive com relação ao encerramento definitivo e respectiva baixa da ação acima referida, fazendo coisa julgada.

Recife, 11 de janeiro de 2013.

DIEGO MEDEIROS PAPARIELLO
OAB/PE 29.143

Escritório Recife

Rua da Hora, 692, Espinheiro
CEP: 52.020-010 | Recife - PE
Tel.: 81 2101.5757
Fax: 81 2101.5751
queirozcavalcanti@queirozcavalcanti.adv.br

Escritório Salvador

Av. Tancredo Neves, 1283, salas 702/703,
Edf. Omega Empresarial Caminho das Árvores
CEP: 41.820-020 | Salvador - BA
Tel./Fax: 71 3271.5310 | 71 3272.1351
queirozcavalcanti-ba@queirozcavalcanti.adv.br

Escritório João Pessoa

Av. João Machado, 553, salas 05/06 | Centro
CEP: 58.013-520
João Pessoa - PB
Tel./Fax: 83 3021.3483 | 83 3021.3482
queirozcavalcanti-pb@queirozcavalcanti.adv.br

Escritório Fortaleza

Av. Santos Dumont, 2828, salas 06/07,
Edf. Torre Santos Dumont | Aldeota
CEP: 60.150-161 | Fortaleza - CE
Tel./Fax: 85 3032.5757
queirozcavalcanti-ce@queirozcavalcanti.adv.br



**PARECER DE ANÁLISE MÉDICO DOCUMENTAL**Seguradora Líder dos
Consórcios do Seguro DPVAT**DADOS DO SINISTRO**

| | | |
|--------------------------------------|--|------------------------------|
| Número: 2012008513 | Cidade: Recife | Natureza: Invalidez |
| Vítima: JOSE BORGES DOS SANTOS | Data do acidente: 08/09/2011 | Emissor do parecer: Kacelnik |
| Seguradora: CIA EXCELSIOR DE SEGUROS | Prestadora: IBMES INST.BRASDE MEDICINA ESPEC.EM SEGUROS LTDA | CRM do médico: 312915 |

PARECER

| |
|---|
| Data da análise: 19/01/2012 |
| Valoração do IML: |
| Perícia médica: Não |
| Diagnóstico: Luxação em ombro D + Ferida lacero-contusa em pé D |
| Resultados TTO Conservador terapêuticos: |
| Sequelas Limitação funcional em ombro D permanentes: |
| Sequelas: Com sequela |
| Conduta mantida: Não |
| Quantificação das sequelas: Dano médio em ombro D - Indenizado com base em laudo emitido pelo médico assistente |
| Documentos complementares: |
| Observações: |
| Valor pleiteado: 3.347,50 |
| Médico avaliador: Arnaldo Kacelnik |
| UF do CRM do RJ médico: |

DANOS

| Dano | % | Dimensão | Graduação |
|---|----|----------|-----------|
| Perda completa da mobilidade de um dos ombros | 25 | 1 | 50 |

Valor avaliado: 1.687,50

